

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 118.809 - MG (2019/0299133-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**  
**RECORRENTE** : GUILHERME SALIBA TEIXEIRA (PRESO)  
**ADVOGADOS** : HELIO SOARES DE PAIVA JUNIOR - MG080399  
GUSTAVO FERREIRA MARTINS - MG124686  
RAFAEL AUGUSTO FERREIRA GOMES - MG141423  
BRUNO HENRIQUE SILVA PONTES - MG188417  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

**DECISÃO**

Trata-se de recurso em *habeas corpus*, com pedido liminar, interposto em favor de **GUILHERME SALIBA TEIXEIRA**, apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, que denegou o *writ* originário e manteve a custódia provisória do paciente pela suposta prática do crime tipificado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006.

Neste recurso, alega a defesa, em suma, que "a realização da audiência de custódia, sem a presença do Paciente, não cumpriu a finalidade determinada pelas normas legais, supraleais e resolução do CNJ, produzindo na prisão que se mantém vício impossível de saneamento, razão pela qual deve a prisão preventiva ser revogada." (e-STJ, fls. 186-187)

Sustenta que "as condições subjetivas do agente, sendo este primário, estudante e portava apenas uma pequena quantidade de drogas, não há que se falar risco à ordem pública a justificar seu acautelamento sob pena de suprimir o princípio da presunção de inocência." (e-STJ, fl. 188)

Aduz que o paciente é menor de 21 anos e, na remota hipótese de condenação, "terá direito à aplicação da modalidade privilegiada, bem como à causa de redução de pena do Código Penal, indicando que a constrição cautelar, no caso, impõe desproporcional privação em oposição ao gravame de eventual condenação." (e-STJ, fl. 190)

Requer, assim, seja revogada a prisão preventiva do recorrente, cumulada ou não com outra medida cautelar prevista no art. 319 do CPP.

Liminar indeferida (e-STJ, fl. 320).

Informações prestadas (e-STJ, fls. 325-328 e 329-358).

O Ministério Público Federal opinou pelo desprovimento do recurso (e-STJ, fls. 360-361).

**É o relatório.**

Decido.

Em consulta à base de dados processuais do Superior Tribunal de Justiça, verifica-se que este recurso em *habeas corpus* traz pedido igual ao deduzido no HC 535453/MG e se insurge contra o mesmo acórdão do TJMG (HC 1.0000.19.077424-0/000) e sob os mesmos fundamentos.

Assim, tratando-se de mera reiteração de *writ* já em trâmite no Superior Tribunal de Justiça, cujo mérito será oportunamente analisado, é o caso de negar-lhe

seguimento.

Sobre o tema, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE HOMICÍDIO. REGIME INICIAL DE CUMPRIMENTO DE PENA. PRETENSÃO IDÊNTICA ANALISADA NO HC N. 248.657/MG. APELO NOBRE PREJUDICADO. RECURSO IMPROVIDO.

1. A reavaliação do regime inicial do cumprimento da pena foi objeto do julgamento do Habeas Corpus n. 248.657/MG, inclusive sob o enfoque do artigo 33, § 3º, do CP, como postulado pelo recorrente no recurso especial, restando, dessa forma, prejudicado o seu julgamento.
2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no REsp 1374580/MG, rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, j. 23/6/2015, DJe 3/8/2015).

"PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA VENTILADA NO RESP JÁ ANALISADA E DECIDIDA EM PRÉVIO HABEAS CORPUS. REITERAÇÃO DE PEDIDOS. IMPOSSIBILIDADE.

AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Se a matéria já foi devidamente analisada e decidida em prévio habeas corpus, nega-se seguimento ao recurso especial interposto, ante a inadmissibilidade de simples reiteração de pedidos.
2. Agravo regimental a que se nega provimento" (AgRg no AREsp 633.210/MT, rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, j. 7/4/2015, DJe 13/4/2015).

"AGRAVO REGIMENTAL. *HABEAS CORPUS*. QUADRILHA ARMADA. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO DA SEGREGAÇÃO POR CAUTELARES DIVERSAS. AFASTAMENTO DE CARGO. VEREADOR. ALEGADO EXCESSO DE PRAZO NA DURAÇÃO DA MEDIDA. QUESTÃO VEICULADA EM *WRIT* ANTERIORMENTE IMPETRADO. MERA REITERAÇÃO DE PEDIDO. NEGATIVA DE SEGUIMENTO AO *MANDAMUS*. DECISÃO ACERTADA. REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. Não há como dar-se seguimento a impetração quando a questão aqui levantada já foi deduzida e será examinada no *mandamus* anterior.
2. Nos termos da jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, a impetração de *habeas corpus* com objeto idêntico ao de *writ* anteriormente ajuizado caracteriza indevida reiteração de pedido, o que obstaculiza o seu conhecimento.
3. Agravo regimental improvido" (AgRg no HC 290.203/RJ, rel. Min. JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, DJe 1º/8/2014).

Ante o exposto, **julgo prejudicado** o recurso ordinário em *habeas corpus*,

# *Superior Tribunal de Justiça*

nos termos do art. 34, XI, do RISTJ.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS

Relator